

Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO NORTE 2 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ficha Técnica

SMADS

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

COMAS

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Conselheiros:

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéia Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

Secretária executiva do COMAS-SP:

Maria Inês Shigekawa

Representantes da SMADS:

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino

SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbetta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

LISTA DE SIGLAS

AGPP - Assistente de Gestão de Políticas Públicas
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAPE - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais
CAPS - Centro de Apoio Psicossocial
CAS - Coordenadoria de Assistência Social
CCA - Centro da Criança e do Adolescente
CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
COEGEMAS - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social
FAS - Fórum de Assistência Social
FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
GDA - Gratificação de Desempenho de Atividades
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IML - Instituto Médico Legal
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Municipal
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LOSAN - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP - Ministério Público
MSE - Medidas Socioeducativas
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
NSE - Núcleo Sócio Educativo

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONG - Organização Não-Governamental
PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias
PBF - Programa Bolsa Família
PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL - Projeto de Lei
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPA - Plano Plurianual
PROASF - Programa de Atenção Social às Famílias
PSB Infância - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos
PSF - Programa de Saúde da Família
RH - Recursos Humanos
SAS - Supervisão de Assistência Social
SEHAB - Secretaria de Habitação
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SPTRANS - São Paulo Transporte S/A
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCE - Tribunal de Contas Estadual
TCM - Tribunal de Contas Municipal
TCU - Tribunal de Contas da União

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Norte 2

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

SUMÁRIO

Apresentação

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
 - 2.1. Composição da mesa de abertura**
 - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
 - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
 - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
 - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
 - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
 - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
 - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
 - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
 - 5.4. Subtema: financiamento**
 - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
 - 7.1. Participantes inscritos**
 - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
 - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
 - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
 - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
 - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

Anexos

- Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**
- Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**
- Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

Apresentação

A Conferência Regional de Assistência Social Norte 2 aconteceu no dia 03 de julho de 2009 e abrangeu os distritos: Perus, Freguesia do Ó, Casa Verde, Brasilândia, Cachoeirinha e Pirituba. O evento ocorreu nas dependências da Faculdades Integradas Rio Branci, Avenida José Maria de Faria, 111, no bairro Lapa de Baixo, sendo que o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8 horas e a plenária final encerrou-se às 19 horas.

Foram inscritas 181 (cento e oitenta e uma) pessoas, sendo elas 17 (dezessete) usuários do SUAS, 63 (sessenta e três) trabalhadores da rede socioassistencial, 56 (cinquenta e seis) de organizações sociais e 45 (quarenta e cinco) representantes do poder público.

A Conferência Regional cumpriu com a programação prevista, sem alteração nas atividades propostas.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MARIA MARLENE RODRIGUES DE ANDRADE
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADOR	ELVIO DE FREITAS GARROTI
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	JOSE CARLOS DA SILVA
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADOR	SILVIA HELENA MARCHESAN
PODER PÚBLICO	TITULAR	KELRI LIMA DE MOURA PEREIRA
PODER PÚBLICO	TITULAR	ROSA MARIA TOMÉ TELIS

FALTAM RELADORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

NOME	FUNÇÃO

1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS/SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I - Um Coordenador da Mesa

II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;

III - Um representante da CAS;

IV - Um representante da Sociedade Civil;

V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional,

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

-Dar início aos trabalhos

-Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário

-Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

-Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno

-Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

* Conselheiros Municipais de Assistência Social;

* Representantes do Poder Público;

* Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;

* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

* Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

* Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 10h11, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do sub grupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de Inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada Sub Grupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o Sub Grupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual, deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00, para realização da confirmação do credenciamento e escolha do sub grupo com seu respectivo sub tema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§ 1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/entraves, apresentando os Relatórios dos Sub Grupos para deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos Sub grupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§ 3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão propor quanto às metas relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS”.

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:
Comissão Regional fica autorizada a fazer os ajustes necessários na programação, inclusive decidir às 17h30 sobre a continuidade e extensão dos trabalhos.

*8h00 às 10h11 - Credenciamento;

*9h30 às 10h00 - Solenidade de Abertura;

*10h00 às 10h30 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional

*10h30 às 10h45 - Orientações da Comissão Central

*10h45 às 12h00 - Conferir as deliberações de 2007

*12h00 às 13h00 - Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos

*13h00 às 14h00 - Intervalo para refeição

*14h00 - Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual

*14h00 às 14h45 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”

*14h45 às 16h00 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.

*16h00 às 17h00 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.

*17h00 às 17h30 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I - Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples;

V - Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registrados por meio auditivo, sendo de responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar/PROPOR em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas e deliberadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e deliberações de cada grupo.

Entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para a Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pelo plenário e moções.

CAPÍTULO IV - Da Organização Regional

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

CAS NORTE

* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

CAS SUL

* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

CAS CENTRO/OESTE

* CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé

* CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

CAS SUDESTE

*SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha

* SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

CAS LESTE

* LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista

* LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirão a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as) Titulares e Suplentes, observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha das Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso IV.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

- a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;
- b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;
- c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento, devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-à nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

2. Mesa de abertura dos trabalhos

2.1. Composição da Mesa de Abertura

A mesa de abertura da Conferência Regional foi composta pela Sra. Terezinha Colaneri dos Reis, representante do poder público e coordenadora de Assistência Social Norte; Sra. Maria Marlene Rodrigues de Andrade representante da sociedade civil e Sr. Carlos Nambu, representante do COMAS e Coordenador da Comissão Central da Conferência Municipal.

2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades

Terezinha Colaneri dos Reis – “Bom Dia a todos! Nós preparamos aqui um texto para a abertura.”¹

Maria Marlene Rodrigues de Andrade – “Bom Dia a todos! É com muito prazer que estou aqui representando a sociedade civil. Estou aqui para falar a importância da nossa participação na Conferência. Isso é bom para nós, pois temos que estar com os pés firmes no chão sabendo o que queremos para as nossas ONG’s e para todos os usuários. Eu fiz parte do COMAS como conselheira do segmento trabalhadores. Foi bom, um aprendizado ótimo. E cada vez que participamos de uma conferência, a nossa bagagem vai enriquecendo. Desde 1993, com a Aldaíza Sposati, quando foi aprovado o LOAS, eu estava lá. E desde então tenho participado de todas as conferências. Fiquei sabendo dos artigos, das leis, enriqueci minha bagagem e vocês também podem enriquecer a bagagem de vocês. Obrigada!”

Carlos Nambu – “Bom Dia a todos e todas! Temos que estar felizes porque estamos aqui para contribuir no processo de construção da política de assistência social. Eu queria, primeiramente, em nome da Marlene, cumprimentar a todos os conferencistas da sociedade civil. E em nome da Terezinha, cumprimentar a todos os conferencistas do poder público. E que todos sejam bem-vindos: os convidados e todos os presentes. E gostaria de parabenizar a Comissão Regional pela organização. Temos também o trabalho

¹ Texto no anexo 1.

da Comissão Central, junto com a Secretaria Executiva do COMAS. Gostaria de registrar também a presença do conselheiro Newton. Temos uma assessoria de metodologia, a Solar; uma assessoria para a gravação de todos os nossos debates, o apoio do ESPASO, que é muito importante. Quem carrega o fardo é essa grande equipe e eles estão de parabéns. É importante resgatar a história de movimentos que lutaram pela conquista de espaços como esses, de democracia participativa, que é a Conferência. E para não me alongar muito, eu queria colocar alguns momentos importantes: primeiro, o lançamento na Câmara Municipal; segundo, a realização das pré-conferências regionais e da Conferência Municipal; terceiro, uma audiência pública de apresentação dos resultados e prestação de contas; e por último um evento-compromisso: a entrega dos resultados da Conferência aos poderes executivo, legislativo, judiciário e COMAS. E eu gostaria de citar um avanço que tivemos na assistência social que foi o reconhecimento do COMAS quanto à participação do adolescente, que a partir dos 16 anos pode participar da Conferência como observador. Declaro aberta a Conferência Regional, parabenizo a todos os conferencistas e desejo uma boa Conferência.”

3. Sistematização do “CONFERIR 2007”

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 - Controle Social, eixo 2 - SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 - Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 - Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

3.1. Eixo 1 – Controle Social

Tabela 1 – Verificação do Eixo Controle Social

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	NÃO			
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	NÃO			
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	NÃO			
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	NÃO			
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	SIM		INSATIS- FATÓRIO	
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	NÃO			
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	SIM		INSATIS- FATÓRIO	
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO			

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	NÃO			
10	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	NÃO			
11	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	NÃO			
12	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	NÃO			
13	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	SIM		INSATIS- FATÓRIO	
14	Viabilizar o controle social através de comissão intersectorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.				
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	NÃO			

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	SIM		INSATISFATÓRIO	
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.	NÃO			
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	NÃO			
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole				
20	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.				

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
21	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.				
22	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática “08- Assistência Social”, integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.				
RELATÓRIO FINAL					
<p>O grupo só avaliou as 17 primeiras propostas e concluiu-se que os maiores entraves foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco tempo para avaliação das propostas pelo grupo; • Falta de conhecimento das propostas; • Falta de articulação entre a sociedade civil, usuários e trabalhadores na formação de Fóruns e Comitês; • Falta de cumprimento das metas em cada área de trabalho; • Falta capacitação para usuários e trabalhadores; • Falta organizar o maior número de usuários para participação de Fóruns e Conferências; 					

3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	SIM		INSATISFATÓRIO	
2	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
3	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
4	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
5	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO	CURTO PRAZO		
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV- profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	SIM	CURTO PRAZO	INSATIS- FATÓRIO	
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO	CURTO PRAZO		
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	SIM	CURTO PRAZO	INSATIS- FATÓRIO	
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO	CURTO PRAZO		
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO	CURTO PRAZO		
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	NÃO	CURTO PRAZO		
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.	NÃO	CURTO PRAZO		
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)	SIM		INSATISFATÓRIO	
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
19	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
20	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.	NÃO	CURTO PRAZO		
21	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	
22	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.				
23	Ampliar e implementar programas para a erradicar a exploração sexual infanto-juvenil.				
24	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.				
25	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.				
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.				
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.				
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.				
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.				
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.				
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.				
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).				
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.				
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.				
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.				
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.				
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.				
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.				
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.				
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.				
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).				
45	Ampliar o número de Telecentros.				
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).				
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).				

META	PROPOSTAS	EFETIVADA	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.				
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.				
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.				
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.				

RELATÓRIO FINAL

Das 52 metas a serem propostas para o grupo, apenas 21 puderam ser avaliadas pelo grupo devido à falta de tempo para o trabalho, das quais, 9 não foram efetivadas (6,8,10,11,12,13,15,18 e 20) e 12 foram efetivadas insatisfatoriamente (1,2,3,4,5,7,9,14,16,17,19 e 21).

Entre as principais dificuldades e entraves estão:

- Falta efetivação da intersetorialidade para dar sustentabilidade às ações;
- Índices desatualizados utilizados como parâmetros
- Falta indicadores padronizados (em todos os níveis), atualizados e contextualizados para avaliação da implementação e efetividade dos serviços;
- Falta de tempo adequado para deliberar com qualidade as proposições;
- Ausência do estado no cumprimento de seu papel com relação à prestação de serviços sócio-assistenciais, repassando esta responsabilidade para as organizações sociais.

3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

METAS	PROPOSTAS	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	NÃO	-	SATISFATÓRIO	
2	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	NÃO	CURTO		
3	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	NÃO	MÉDIO		
4	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	NÃO	MÉDIO		
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO	CURTO		
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO	CURTO		
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	NÃO	CURTO		
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	NÃO	CURTO		

METAS	PROPOSTAS	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇO	DIFICULDADES/ ENTRAVES
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	SIM		INSATISFATÓRIO	
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO		
RELATÓRIO FINAL					
<p>Das 10 propostas, 8 não foram efetivadas. Apenas 2 das efetivadas, uma foi satisfatória e a outra insatisfatória. Das 8 não efetivadas a 5, 6, 8 e 10 foram agrupadas em bloco só, por se tratarem de um mesmo assunto: atendimento ao usuário em geral; As propostas 2 e 7 foram prioridades curto prazo e 3 e 4 foram a médio prazo.</p> <p>As dificuldades foram citadas contemplando todas as propostas e não especificamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação e divulgação dos serviços oferecidos; • Questões políticas “os primeiros colocados no concurso foram para a Saúde”; • Falta de recursos humanos, falta de compromisso com políticas públicas; • Falta de financiamento; 					

3.4. Eixo 4 – Financiamento

Tabela 4 – Financiamento

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
1	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
2	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	SIM		INSATISFATÓRIO	
3	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	SIM		INSATISFATÓRIO	
4	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	SIM		INSATISFATÓRIO	
5	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	SIM		INSATISFATÓRIO	
6	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	NÃO			Inconsistente

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	SIM		SATISFATÓRIO	
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO	MÉDIO PRAZO		
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/SUAS.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO	MÉDIO PRAZO		Inconsistente por não pertencer a pasta
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO	MÉDIO PRAZO		
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	NÃO			Inconsistente
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO	CURTO PRAZO		
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	NÃO			Inconsistente
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.	NÃO			Inconsistente

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
25	Incorporar a 13º parcela complementar aos convênios.	NÃO	CURTO PRAZO		
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	NÃO	MÉDIO PRAZO		
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	SIM		SATISFATÓRIO	
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.	SIM		SATISFATÓRIO	
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	SIM		INSATISFATÓ- RIO	
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO	CURTO PRAZO		

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	NÃO	MÉDIO PRAZO		Inconsistente
RELATÓRIO FINAL					
<p>O Grupo defendeu que os maiores entraves das propostas definidas como insatisfatórias ou não concluídas foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de mobilização da sociedade civil • Falta de controle social • Indefinição de uma lei federal para alocar recursos financeiros para ass. social • Falta de interesse político <p>As propostas consideradas INCONSISTENTES dá-se em função de não pertencerem ao segmento de Assistência</p>					

4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”

A palestra² “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Abigail Torres que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática.

5. Sistematização do PROPOR 2009

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

² O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>Constituição Federal de 1988</p> <p>Existência do COMAS</p>	<p>Falta de recursos financeiros</p> <p>Insuficiente número de funcionários para atendimento do usuário</p> <p>Falta de informação e divulgação da política de Assistência Social e do processo eleitoral do COMAS</p> <p>Falta de espaços locais para discussão</p> <p>Falta de recurso financeiro para locomoção</p> <p>Linguagem e processo complexos, o que dificulta a participação social.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitação permanente para trabalhadores da as e esclarecimentos para usuários dos direitos socioassistenciais e da política de assistência social, realizados dentro do próprio território. 2. Recursos financeiros para assegurar a locomoção e alimentação dos participantes nas conferências, seminários e outros. 3. Criar e/ou fortalecer os fóruns regionais. 4. Criar equipe descentralizada de acompanhamento do COMAS; 5. Comas reordenar suas atividades de forma que retome suas atribuições de fiscalização e deliberação 6. Dotar o CRAS com recursos audiovisuais e impressos de divulgação da política do SUAS 7. Efetivar a criação do comitê de monitoramento dos resultados da VII e VIII Conferências, e que sejam incluídos usuários, organizações, poder público e trabalhadores em sua composição.

5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Existência de espaços de participação, tais como conferências, conselhos, Fóruns, audiências públicas, entre outros canais institucionais; Capacitação dos trabalhadores da área de AS.	Dificuldade no acesso a informações, que chegam apenas próximo às Conferências; Pouco entendimento dos assuntos técnicos tratados nos debates durante as Conferências e demais espaços de participação; Relação tuteladora entre usuários e serviços; Dificuldades relativas aos instrumentos e estratégias de comunicação das informações;	<ol style="list-style-type: none">1.1. Criar espaços territoriais permanentes de mobilização e participação da população nos CRAS, CREAS e serviços, rompendo com o caráter assistencialista das ações desenvolvidas; 1.2. Criar conselhos gestores locais;2. Desenvolver ações socioeducativas para a população usuária se apropriar da política de assistência social, utilizando metodologia efetiva para fortalecer a participação e mobilização comunitária;3. Criar um sistema de comunicação com instrumentais adequados e que permitam a apropriação dos conteúdos da política de Assistência Social;4. Dar continuidade à política municipal de capacitação continuada, de acordo com a NOB-RH;

5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e
Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
Não houve avanços quanto a Universalização do acesso.	Desconhecimento do plano decenal; Dificuldade de compreensão nas propostas; Dificuldades de comunicação e falta de compreensão; O usuário da assistência social é visto de forma segmentada, porque as outras políticas públicas não se comunicam.	1. Elaboração de material de fácil entendimento com adequação de vocabulário utilizado na política de AS e criação de canais de comunicação para o usuário; <u>Responsável: SMADS, COMAS, FAS e outros fóruns que manifestem interesse e que atuem na área da Assistência Social e organizações sociais</u> 2. Promover o acesso e a participação dos usuários e profissionais a partir de informações e;/ou capacitação dos trabalhadores de AS com vistas à divulgação e socialização das informações sobre o SUAS e políticas públicas em geral; <u>Responsável: SMADS</u> 3. Revisão da portaria específica que trata do quadro de RH dos serviços conveniados de acordo com a sua especificidade; <u>Responsável: SMADS, COMAS, FAS e outros fóruns que manifestem interesse e que atuem na área da Assistência Social</u> 4. Dar condições materiais para o acesso do usuários para participação nos espaços, institucionalizados ou não, de controle social; <u>Responsável: SMADS</u> 5. Construção de uma rede onde haja efetivação de referencia e contra-referencia entre secretarias. <u>Responsável: SMADS e Secretarias envolvidas</u>

5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
	<p>O grupo acordou não avaliar as questões de avanços e desafios por falta de conhecimento pleno do plano decenal.</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Criação de comissões macro regionais paritárias sob a responsabilidade do COMAS para acompanhar mais efetivamente as políticas públicas e sua dotação orçamentárias. <u>Responsabilidade: COMAS, FAS e FEBAS</u>2. Implantação de orçamento participativo para as políticas de Assistência Social. <u>Responsabilidade: Prefeitura</u>3. Nas parcerias com organizações, garantir o pagamento de locação de imóveis para execução dos serviços conveniados <u>Responsabilidade: SMADS</u>4. Garantir dotação orçamentária de 5% para a as no âmbito do município, estados e federação, fundamentados nos artigos relativos à CSLL e COFINS. (proposta FAS)5. Garantir que as deliberações da conferência municipal sejam inclusas no PPA e no plano de metas da política pública, principalmente no caso de SP. (proposta FAS)6. Participação da sociedade civil na elaboração do PPA, LDO e LOA. (proposta FAS)7. Acompanhamento da execução e controle social das pendências com elaboração de cartilha popular para articulação e conscientização das comunidades quanto à importância de constar no PPA as metas de execução das políticas públicas da Assistência Social. (proposta FAS)8. Para novos serviços garantir verba de implantação. (proposta FAS) <u>Responsabilidade: SMADS</u>

5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
2	Falta de espaços na comunidade para interferir nas definições políticas;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer a organização comunitária para ampliar a mobilização no nível local, aumentando o protagonismo dos usuários da AS; 2. Garantir recursos para subsidiar a participação usuários em eventos de controle social (Conferências, Fóruns, entre outros).
3	<p>Dificuldades de comunicação e falta de compreensão;</p> <p>O usuário da assistência social é visto de forma segmentada, porque as outras políticas públicas não se comunicam.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de material de fácil entendimento com adequação de vocabulário utilizado na política de AS e criação de canais de comunicação para o usuário; <u>Responsável: SMADS, COMAS e organizações sociais</u> 2. Promover o acesso e a participação dos usuários e profissionais a partir de informações e;/ou capacitação dos trabalhadores de AS com vistas à divulgação e socialização das informações sobre o SUAS e políticas públicas em geral; <u>Responsável: SMADS</u> 3. Dar condições materiais para o acesso do usuários para participação nos espaços, institucionalizados ou não, de controle social; <u>Responsável: SMADS</u>
4	Dificuldade de participação dos usuários da Assistência Social em Fóruns e Conferências no que se refere a custeio de: transporte e alimentação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir previsão orçamentária para custeio da participação plena dos usuários da Assistência Social em Conferências e Fóruns (transporte e alimentação) <u>Responsabilidade: SMADS</u>

6. Moções referendadas na Conferência Regional

Nessa Conferência não foram apresentadas nem referendas moções.

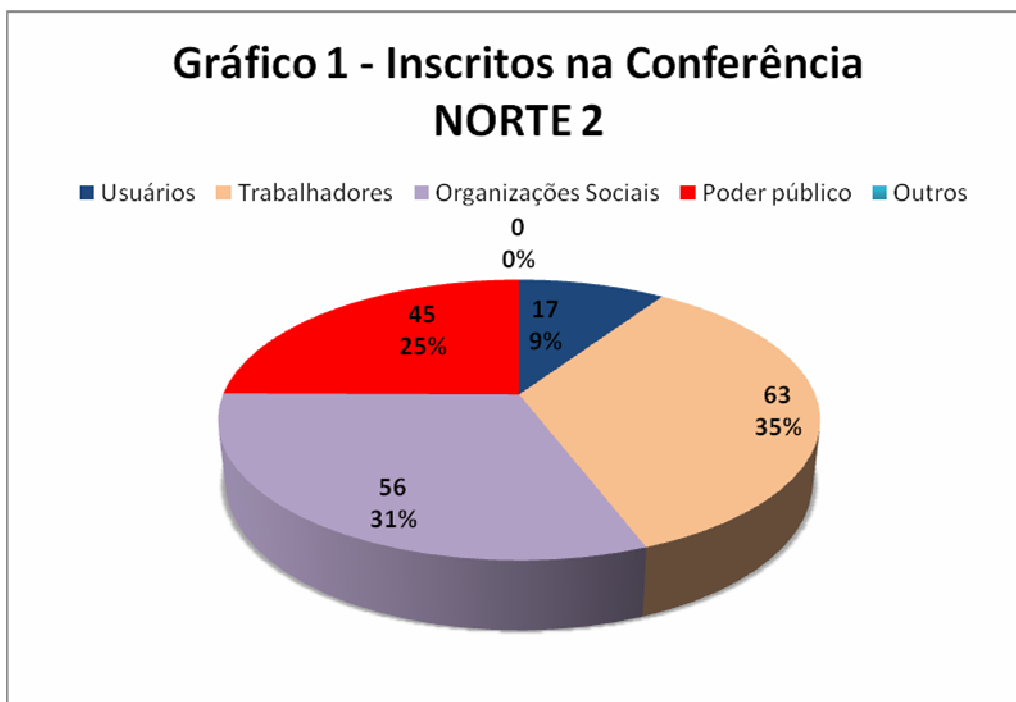
7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos – usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 23 (vinte e três) delegados titulares para participarem com direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal de São Paulo, sendo 06 (seis) representantes dos usuários do SUAS, 09 (nove) representantes dos trabalhadores e 08 (oito) representantes de organizações sociais. Não foram escolhidos delegados suplentes, do segmento dos trabalhadores. Foram escolhidos 07 (sete) observadores.

7.1. Participantes inscritos

Foram 181 (cento e oitenta e uma) pessoas que entregaram a ficha de inscrição conforme previsto no Regimento, sendo 17 (dezessete) usuários do SUAS, 63 (sessenta e três) trabalhadores da rede socioassistencial, 56 (cinquenta e seis) de organizações sociais e 45 (quarenta e cinco) representantes do poder público.



7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1. Cicera Alexandre dos Santos
2. Rosália Gorcka
3. Maria Regineide J. Gomes
4. João Domingos da Silva Neto
5. Lucinaide Gomes do Nascim
6. Simone das Neves Camilo

Segmento: Trabalhadores

1. Vanusa Cristina de Lima
2. Charles Cotrim
3. Benedita Sueli Xavier
4. Vanice Aparecida Alves
5. Hilda Carolina dos Santos
6. Olívia Luiz de Souza

7. **Maria Marlene Rodrigues de Andrade**
8. **Patrícia Ferraz de Camargo**
9. **Anita de Mattos Pedreiro**

Segmento: Organizações Sociais

1. **Rozinei Maria da Silva**
2. **Eliana Maria Dos Santos Vitarim**
3. **Eunice Maria Da Costa**
4. **Cristiane Ribeiro de Andrade**
5. **Elsa Pereira**
6. **Elza Soares Jaquinta**
7. **Maria Quitéria da Silva**
8. **Galdino Cardoso Dos Santos**

7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

Não houve representação.

Segmento: Trabalhadores

Não houve representação.

Segmento: Organizações Sociais

Não houve representação.

7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal

1. **Lucia Martins Peixoto**
2. **Maria de Fátima M. Nagao**
3. **Querubina Castello Ruiz**
4. **Flavia Ribeiro**

5. **Matilde Daniel**
6. **Amanda Barbosa da Silva**
7. **Cássia Matos Rocha**

8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal

1. **Anna Maria Azevedo**
2. **Bárbara Canela da Silva**
3. **Edna Aparecida Pires de Moraes**
4. **Eliana Maria Ribeiro Garrafa**
5. **Gláucia Damasceno dos Santos**
6. **José Wilson Bernardes**
7. **Kelri Lima de Moura Pereira**
8. **Leandro Luciano da Silva**
9. **Luiz Fernando Francisquini**
10. **Mariângela S. Silva**
11. **Marli Matos de Godói**
12. **Nilton Cesare Padredi**
13. **Rosa Maria Tomé Telis**
14. **Silvia Helena Marchesan**
15. **Vanessa Laplechade Cabrera**
16. **Wilma Haruko Tanaka**

9. Avaliação

9.1. Síntese das avaliações dos participantes

Nesta Conferência Regional foram entregues por parte dos participantes 91 (noventa e uma) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* 61% (55 avaliações), indicaram como BOM; no item *palestra* 51% (46 avaliações) também indicaram o processo como BOM; no item *trabalhos em grupo* 57% (55 avaliações), enquanto 32% (29 avaliações) indicaram como BOM; no item *infra-estrutura* 55% (50 avaliações), indicaram como BOM. No quesito *organização geral do evento*, a maioria, 64% indicaram o processo como BOM.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	34	55	01	01
<i>Palestra(s)</i>	42	46	02	0
<i>Trabalhos em grupos</i>	10	55	29	0
<i>Infra-estrutura</i>	37	50	03	01
<i>Organização geral do evento</i>	14	58	19	01

Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:

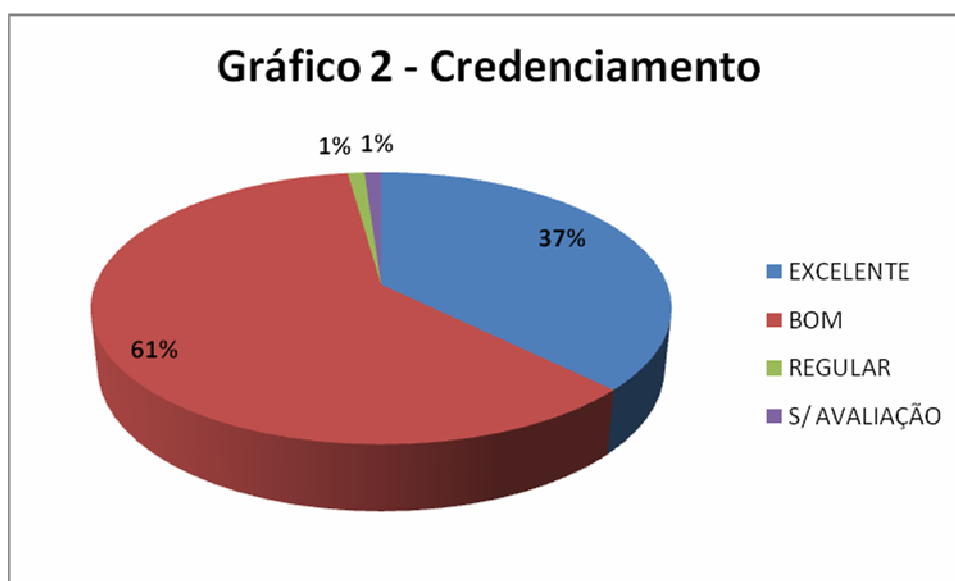


Gráfico 3 - Palestra(s)

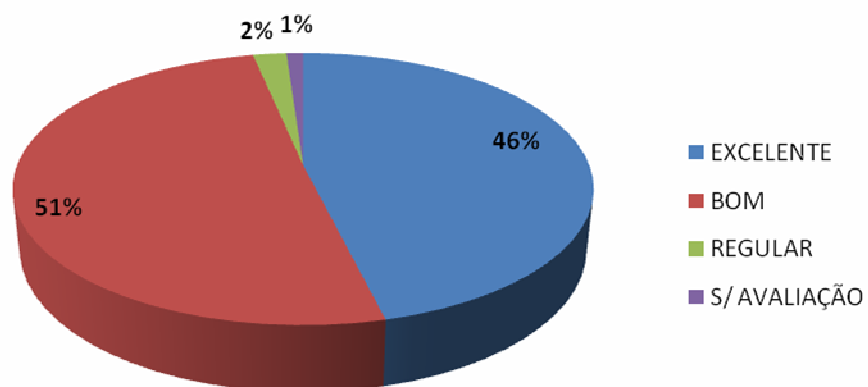
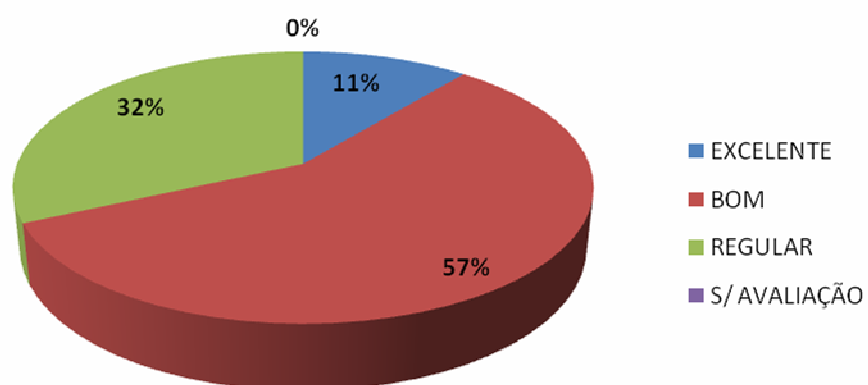
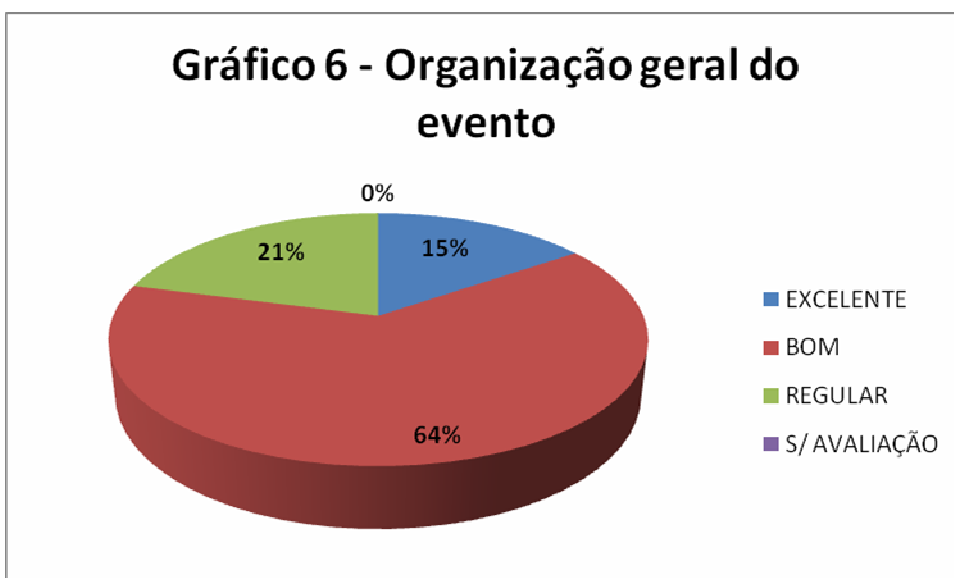
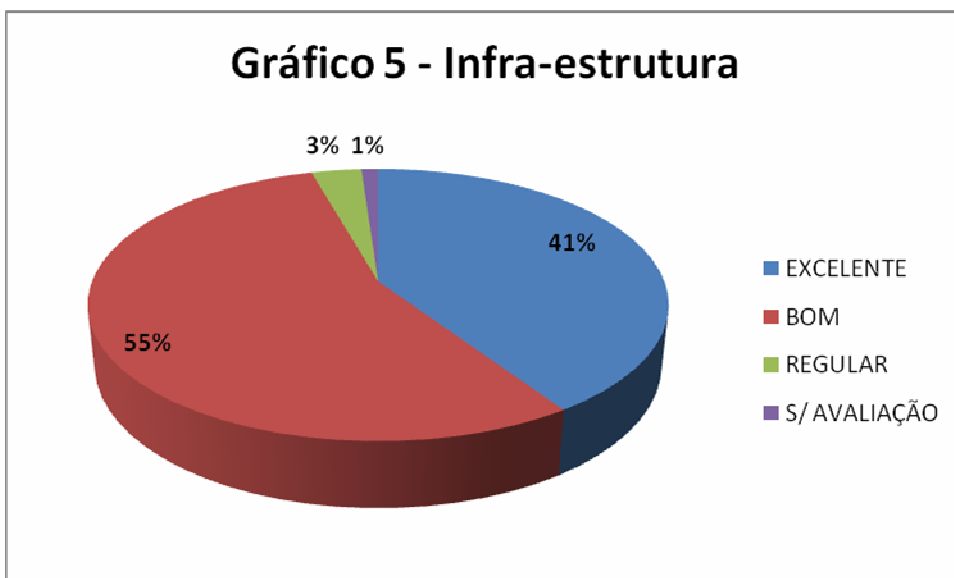


Gráfico 4 - Trabalhos em grupos





9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

- **Sugestões**

1. Antecipar inscrições e entrega do material. (02)
2. Esclarecer as pessoas que estão participando pela primeira vez.
3. Ter uma melhor estrutura e que comporte todos participantes.
4. Cumprir o cronograma. (08).
5. Organizar melhor a Conferência em todos os aspectos. (03).

6. Divulgar melhor as Pré-Conferências e as Conferências, através dos diversos meios de comunicação.
7. Elaborar e fornecer cartilha.
8. Realizar as Conferências em 2 dias. (03).
9. Dividir melhor os horários para a realização dos eixos temáticos. (05).
10. Incentivar a participação dos usuários, sociedade civil, trabalhadores e entidades, para que possam discutir a política da Assistência Social em São Paulo.
11. Garantir que a elaboração do material da IIIV Conferência fosse por um período de seis meses, e que este processo possa ter um acompanhamento tripartite (02).
12. Capacitar os usuários e trabalhadores para participarem das Conferências. (02).
13. Conduzir os trabalhos de mesa e de mediadores dos grupos de trabalho de uma maneira mais objetiva.
14. Credenciar os participantes e orientá-los.

- **Críticas**

1. Falou muito, mas faltou entendimento. (02).
2. Faltou tempo para os trabalhos dos grupos.
3. Estabeleceu os horários para os trabalhos não foi respeitado.
4. Faltou conhecimento sobre o que estava sendo discutido.
5. Ultrapassou muito nos horários, isso desmotivou muitos participantes.
6. Deixou a desejar no que se refere a organização.
7. Apresentou os temas mais muito poucas pessoas sabia do que se tratava.
8. Demorou a distribuição dos materiais que seriam utilizados no evento.”
9. Deixou muito a desejar quanto a alimentação.
10. Ficaram muito perdidas as informações e quando fala de políticas AS é preciso ter tempo. (02).

- **Elogios**

1. Excelente e satisfatório a Pré-Conferência. (02)
2. Proporciona e possibilita a participação dos usuários.
3. Satisfatória a palestra.

Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Srª Secretária determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de

Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providência pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providências quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providência* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão

do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriedade e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”³

Conceito de Controle Social (Polis: 2006)

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

Controle social no SUAS

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

Desafios para o controle social na cidade de São Paulo

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

³ Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

Responsabilidades dos atores envolvidos

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosangela Paz)

Competência Ética

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

Financiamento para realização de direitos

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

Competências técnicas - condições

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus "*benfeitores*" condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

Gestão democrática – exige instituições que:

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)

Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

Delegados à VIII Conferência Municipal

Segmento: Usuários

1	Nome: Cicera Alexandre dos Santos	RG:33504672-1
	Endereço:Rua Flor de Lins, 160 V. Brasilandia	
	Telefone: 3977-0245	e-mail: juventudebrasilandia@bol.com.br
2	Nome: Rosália Gorcka	RG:53381763-8
	Endereço:Rua Pêra D'agua, 88 Jd Britania	
	Telefone: 3911-3782	E-mail: Não tem acesso
3	Nome: Maria Regineide J. Gomes	RG:45945292-7
	Endereço:Av. Dalva de Oliveira , 65 - Jd Rosinha	
	Telefone:3911-9088	e-mail:regimae@gmail.com
4	Nome:João Domingos da Silva Neto	RG: 12231223-5
	Endereço:Rua das Pedras, 75 - Jd. Paulistano	
	Telefone:3972-9557	E-mail:joão-domingos@yahoo.com.br
5	Nome:Lucinaide Gomes do Nascimento	RG: 24886456-7
	Endereço:Rua Afonso Lopes Vieira, 122- v. Dionísio	
	Telefone:8108-4332	E-mail:Não tem acesso
6	Nome:Simone das Neves Camilo	RG: 41001011-x
	Endereço:Rua Antonio Joaquim da Silva,97 -Jd Almanara	
	Telefone: 8878-6980	E-mail: simonecamillo@hotmail.com

Segmento: Trabalhadores

1	Nome: Vanusa Cristina de Lima	RG:23884416-8
	Endereço: Rua Dr. Joy Arruda, 27 V. Zat - Pirituba	
	Telefone: 3979-2153	E-mail: servicosocial@appabb.org.br
2	Nome: Charles Cotrim	RG:28497068-2
	Endereço: Rua Manoel Ribeiro Rosa,502- Pirituba	
	Telefone: 3467-6233	E-mail: cotrimcharles@yahoo.com.br
3	Nome: Benedita Sueli Xavier	RG:11817390-x
	Endereço: Rua José da Cunha Pontes, 160 Pq Belém- Freguesia do Ó	
	Telefone:3983-8965	E-mail: Não tem acesso
4	Nome: Vanice Aparecida Alves	RG:28933783-5
	Endereço: Rua Cezar Pena Ramos, 105 casa 01 - Casa Verde	
	Telefone:2239-3113	E-mail: dialectica@hotmail.com
5	Nome: Hilda Carolina dos Santos	RG:3793068-0
	Endereço: Rua Antonio de Almeida Viana, 631- Jd Guarani	
	Telefone: 3982-5840	E-mail: carolina-hilda@terra.com.br
6	Nome:Olívia Luiz de Souza	RG: 21886318-4

	Endereço:Rua Ibiraiaras, 547 - Jd Vista Alegre	
	Telefone:3851-6182	E-mail: olivia-sousa@ig.com.br
7	Nome: Maria Marlene Rodrigues de Andrade RG: 11185309-6	
	Endereço: Rua Dr. Walker da Costa Barbosa, 33 V. Dionizio	
	Telefone:3851-5784	E-mail: wwwcca590francisco@yahoo.com.br
8	Nome: Patrícia Ferraz de Camargo RG: 21216310-3	
	Endereço:Av. Ilha da Juventude, 1046 bl 15 aptº 42 Cohab Brasilandia	
	Telefone:3911-6995	E-mail: patri-2008@hotmail.com
9	Nome: Anita de Mattos Pedreiro RG: 42893211-3	
	Endereço:Rua Águas Claras do Sul,67 - Perus	
	Telefone:3917-4469	E-mail: anitamattos@msn.com

Segmento: Organizações Sociais

1	Nome: Rozinei Maria da Silva RG:18962424-3	
	Endereço:Rua Sete Cachoeira,90 B. Jd Antártica	
	Telefone:2808-1419	e-mail: roze_ceat@yahoo.com.br
2	Nome: Eliana Maria Dos Santos Vitarim RG:195593844	
	Endereço: Rua Francisco de Paula Candido	
	Telefone: 3932-6254	e-mail: elianavitarim@hotmail.com
3	Nome:Eunice Maria Da Costa RG:16715708-5	
	Endereço:Rua Ema Botolato Bulgari, 11	
	Telefone: 3496-1969	e-mail: amjg_2008@yahoo.com.br
4	Nome:Cristiane Ribeiro de Andrade RG:29710665-x	
	Endereço:Rua Dr. João Rodrigues de Abreu, 200	
	Telefone:3917-8407	e-mail: cristiane.ribeiro.andrade@gmail.com
5	Nome: Elsa Pereira RG:22031288-6	
	Endereço:Rua Rafael Di Sandro,26	
	Telefone:3915-6402	e-mail: elsadepadua@hotmail.com
6	Nome: Elza Soares Jaquinta RG:	
	Endereço:Rua Eng. Nogueira Soares, 217-Perus	
	Telefone:7314-0587	E-mail: carik@uol.com.br
7	Nome: Maria Quitéria da Silva RG:14253562-x	
	Endereço:Rua Antonio de Almeida Viana, 94 - V. Penteado	
	Telefone:3983-0222	e-mail: mseparquebelem@ibest.com.br
8	Nome: Galdino Cardoso Dos Santos RG:12655098	
	Endereço:Rua Recanto dos Humildes, 124 - Perus	
	Telefone:3917-3562	e-mail: Não tem acesso

Observadores à VIII Conferência Municipal

1	Nome: Lucia Martins Peixoto	RG:19675563
	Endereço: Rua Fernanda, 96- Laranjeiras	
	Telefone: 4441-8224	E-mail: luciamteixoto@msn.com
2	Nome: Maria de Fátima M. Nagao	RG:17346651
	Endereço: Av. Alberto Fontana, 147 -Jd Celeste	
	Telefone: 2334-2883	E-mail: ednagao@yahoo.com.br
3	Nome: Querubina Castello Ruiz	RG:129039779
	Endereço: Rua Pontal, Lote 15 Quadra 1	
	Telefone: 4407-6090	E-mail: gruiz@prefeitura.sp.gov.br
4	Nome: Flavia Ribeiro	RG:273216569
	Endereço: Rua Enesio Campos, 30 casa 2 V. Machado	
	Telefone: 8418-5692	E-mail: fla-ribeiro@ig.com.br
5	Nome: Matilde Daniel	RG:12966066
	Endereço: Rua Dom Bento Pickel, 1230 -casa verde alta	
	Telefone: 7169-0328	E-mail: daniel.matilde@bol.com.br
6	Nome: Amanda Barbosa da Silva	RG:50664396-7
	Endereço: Rua Lycurgo Antonio de Souza, 54 - Iracema	
	Telefone: 3978-2612	E-mail: mandinhagatuxasp@hotmail.com
7	Nome: Cássia Matos Rocha	RG:34816720-9
	Endereço: Rua Tangará, 195	
	Telefone: 9332-5271	E-mail: cassiamatosrocha@hotmail.com

Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social

	NOME	E-MAIL	TELEFONES
1	Nilton Cesare Padredi	padredi@apf.org.br	(11) 3237 3193/(11) 7830 0325
2	Leandro Luciano da Silva	leandroluciano.web@gmail.com	(11) 3975 3675/(11) 9215 2135
3	Edna Aparecida Pires de Moraes	emoraes3000@yahoo.com.br	(11) 2721 4982
4	José Wilson Bernajrdes	iwbernardes2008@hotmail.com	(11) 5841 4469/(11) 9544 5644
5	Kelri Lima de Moura Pereira	kelrilima@hotmail.com	(11) 3473 0710/(11) 8591 8084
6	Silvia Helena Marchesan	silhmak@gmail.com smarchesan@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3865 0902/(11) 9448 0212
7	Rosa Maria Tomé Telis	rmtelis@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2983 7953/(11) 9833 1893
8	Eliana Maria Ribeiro Garrafa	egarrafa@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3875 4858/(11) 9933 5527
9	Vanessa Laplechade Cabrera	vanessalape@yahoo.com.br	(11) 3979 7042/(11) 9663 5115
10	Wilma Haruko Tanaka	wtanaka@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3501 6901/(11) 9504 9707
11	Marli Matos de Godói	mmgodoi@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3291 8609/(11) 8447 2808
12	Luiz Fernando Francisquini	lfernandof@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2614 2347/(11) 9322 6870
13	Anna Maria Azevedo	azevedoana@uol.com.br	(11) 3257 7447/(11) 9991 4646
14	Mariângela S. Silva	mariangelasilva@prefeitura.sp.gov.br	(11) 2959 1932/(11) 9932 1225
15	Bárbara Canela da Silva	barbara_canela@yahoo.com.br	(11) 9749 3780
16	Gláucia Damasceno dos Santos	gladamasceno@prefeitura.sp.gov.br	(11) 3923 6979